

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

CONHECENDO O PENSAMENTO DO FEMINISMO NEGRO DAS AMÉRICAS E DA ÁFRICA: DESLOCANDO O OLHAR DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA PARA A INTERSECCIONALIDADE

UNDERSTANDING BLACK FEMINIST THOUGHT FROM THE AMERICAS AND AFRICA: SHIFTING THE PERSPECTIVE OF BRAZILIAN LIBRARIANSHIP TOWARD INTERSECTIONALITY

Andréia Sousa da Silva – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Glaúcia Aparecida Vaz – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este artigo propõe uma Biblioteconomia Interseccional, fundamentada no feminismo negro, para combater opressões estruturais no campo informacional. Objetiva-se desconstruir a neutralidade profissional e ampliar o compromisso ético da área, utilizando a interseccionalidade (Crenshaw, Collins, Akotirene) como ferramenta analítica. Metodologicamente, emprega-se pesquisa bibliográfica crítica e análise discursiva de documentos e teorias, evidenciando como raça, gênero e classe atravessam as práticas biblioteconômicas. Os resultados apontam para a necessidade de descolonização do conhecimento, mediação crítica da informação e ações afirmativas em acervos, visando uma atuação profissional decolonial.

Palavras-chave: feminismos negros; interseccionalidade; biblioteconomia interseccional.

Abstract: This article advocates for an Intersectional Librarianship, grounded in Black feminism, to challenge structural oppressions in information practices. It aims to deconstruct professional neutrality and expand the ethical commitment of the field, employing intersectionality (Crenshaw, Collins, Akotirene) as an analytical framework. Methodologically, it adopts critical bibliographic research and discourse analysis of documents and theories, revealing how race, gender, and class shape library practices. The findings highlight the need for knowledge decolonization, critical information mediation, and affirmative actions in collections, proposing a decolonial professional praxis.

Keywords: black feminism; intersectionality; intersectional librarianship.

1 INTRODUÇÃO

Visando provocar e/ou ampliar o debate para o estabelecimento da conscientização de bibliotecárias e bibliotecários no que se refere à busca por rever as maneiras como são elaboradas e consolidadas suas teorias e práticas, os processos de organização, mediação e disseminação da informação, esse trabalho tem a intenção de trazer alguns apontamentos significativos que oportunizem a desconstrução da ordem do pensamento hegemônico que

promove exclusões e que ainda é fomentada pela classe a partir da admiração vocacional e neutralidade profissional insistentes. A partir deste ponto, apresenta como objetivo geral sensibilizar tais profissionais para percorrer caminhos postos em encruzilhadas rumo a uma postura de intervenção social que efetivamente promova justiça e equidade sociais.

É visto o quanto é necessário, para as bibliotecárias e bibliotecários, buscarem o (des)envolvimento com/para a mudança social e estabelecer um compromisso ético na busca pelo fortalecimento da criticidade e da ampliação do olhar voltado às questões ligadas às pluralidades existentes na sociedade brasileira. Deve-se considerar relevante a defesa da ideia que é importante defender esse compromisso ético, que é tanto científico quanto político e que poderá ser real e efetivo quando estabelecermos uma Biblioteconomia interseccional.

Como o pensamento feminista negro concebeu a interseccionalidade enquanto perspectiva crítica e urgente, algumas discussões levantadas estão direcionadas à visibilização dos conceitos e correntes dos pensamentos feministas negros que antecederam, constituíram e fortaleceram a mesma, a ponto de torná-la uma ferramenta analítica e uma teoria crítica de cunho social. Destacam-se o pensamento de algumas intelectuais negras das Américas e da África por suas importantes contribuições no desenvolvimento de saberes encruzilhados a partir dos feminismos negros e que elaboraram movimentos capazes de impulsionar a luta pela promoção e estabelecimento da equidade social, produzindo ‘conhecimento’ como medida de luta e ‘instrumentos informacionais’ como objetos para combater as opressões de **gênero, classe e raça**, articulando-as não como excludentes entre si, mas sim como opressões interseccionadas.

2 VOZES DO PENSAMENTO DOS FEMINISMOS NEGRO: DOS ESTADOS UNIDOS, DA AMÉRICA LATINA E DA ÁFRICA

A intelectualidade produzida pelas mulheres negras é construída não somente a partir dos conhecimentos acadêmicos, mas também de outros que nos atravessam, para provocar a construção de conhecimentos que podem ser chamados de conhecimentos resistentes. Construir, fortalecer e manter os conhecimentos resistentes, de acordo com o que é apontado pela socióloga afro-americana Patrícia Hill Collins (2022) e que possam ser compreendidos por outros, não é uma tarefa fácil, muito menos quando essa construção se dá em solos(s) deserto(s), onde, na maioria das vezes, as intelectuais negras estão sozinhas e rodeadas por intelectuais “excelentes”, “bondosos”, “bem intencionados” e “pedagogicamente generosos”

como ironicamente nos apresenta a docente da Universidade Federal de Goiás, Luciana Dias:

[...] em meu campo eu ainda sou uma “quase da família”, e me perdoem aqui o uso da ironia, meus colegas são **excelentes** profissionais e realço aqui de toda carga aristocrática da excelência; são pessoas **bondosas**, sendo que muitas me aconselham a me valorizar e a não me reduzir quando afirmo minha identidade racial, afinal eu sou negra, mas sou doutora; são pessoas muito **bem intencionadas**, muitas são até favoráveis às cotas raciais, mas como eu já estou lá, dizem: “já chegou a hora de reconhecermos a igualdade entre todos nós e os esforços que todos os seres humanos empreendem independentemente de raça, sexo ou religião”; e também são pessoas **pedagogicamente generosas**, me ensinam o tempo inteiro: a como me relacionar com meus superiores e a como me comportar em espaços formais. Outro dia até ouvi de um colega em um evento, depois de eu apresentar uma fala inspirada no potente e dulcíssimo afro-poema de Conceição Evaristo (2008): “Vozes Mulheres”: Ele disse: “Você precisa se cuidar mais. Não precisa ser tão raivosa” (Dias, 2019, p. 10).

Compreende-se que para se construir conhecimento interseccional nas universidades é necessário entender as dinâmicas que permeiam o campo acadêmico e promover a construção de estratégias que possibilite a compreensão de nuances que estão evidenciadas nesses espaços. É necessário saber quais ferramentas utilizar para cultivar o campo onde as mulheres negras poderão plantar suas ideias.

Visando contextualizar um pouco o pensamento feminista negro, uma das principais expressões da teoria trazida por Collins revela as constituições de imaginações, ideias e pensamentos, e também de vivências, produzidas por mulheres negras que apresentam perspectivas e referenciais, inclusive teóricos de, para e com as mulheres negras. O status de *outsider within*, ou melhor, o estado de **estrangeira de dentro** das mulheres negras (dentro de diversos espaços, como o acadêmico, por exemplo), tem provocado posturas compreensivas, analíticas e explicativas de padrões e ordenamentos societários, além de representações, significações e interações que não abrem mão das realidades que “interseccionam” múltiplas possibilidades constituidoras do ser, assim como dos marcadores sociais como classe/raça/gênero. Uma das grandes referências do movimento negro brasileiro Luiza Bairros (1995, p. 463) resume apontando que “o pensamento feminista negro seria então um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu da comunidade e da sociedade e ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem”.

Para o pensamento feminista negro é necessário confrontar a opressão (tanto suas práticas quanto as ideias que a justificam). Como teoria social crítica, o pensamento feminista negro visa empoderar **todas as mulheres negras** que atuam e vivenciam um contexto de injustiça social sustentado por opressões interconectadas, ou seja, interseccionais. A

pesquisadora afro-mexicana Amanda Itza Varela Huerta (2019) primeiramente nos alerta que não é possível pensar em construir novos caminhos para as mulheres negras se não rompermos com o que está construído e ainda retroalimentado pelas feministas brancas, que é a epistemologia feminista. E para fortalecer isso, a autora destaca que:

Uma das grandes contribuições das mulheres racializadas em nível global são os feminismos negros ou chicanos, que justamente questionam a forma como o feminismo ocidental é etnocêntrico e ignora as experiências de outros tipos de coletivos, apesar do uso da interseccionalidade como eixo analítico (Varela Huerta, 2019, p. 122, tradução nossa).

Nessa direção, a socióloga afro-cubana Rosa Campoalegre (2018, p. 214, tradução nossa), justifica que o feminismo negro "representam uma ruptura epistêmica e política com o feminismo ocidental, a partir da crítica à colonialidade, ao racismo e ao heterocentrismo, assim como pelas particularidades de sua ação política".

E a partir daqui, percebe-se que esse pensamento, presente também nas mulheres negras envolvidas com os movimentos sociais, oportuniza novas perspectivas e ações ao ponto de possibilitar transformações sociais.

Recorrendo às reflexões de Oyeronké Oyeumí, intelectual nigeriana, a mesma coloca em discussão o uso acrítico de categorias como "gênero" e "feminismo" em contextos africanos, mostrando que elas são conceitos ocidentais baseados em uma organização social patriarcal que nem sempre existiu na África. Defende a valorização dos sistemas culturais africanos antes da colonização como forma de resistir ao colonialismo epistemológico. Introduce a crítica ao "*gendering of Africa*" — a forma como a academia ocidental impôs o gênero como categoria universal.

Percebe-se que a construção de discursos, sejam teóricos e/ou baseados nas vivências, viabilizam o fortalecimento e a manutenção do movimento político encabeçado pelas mulheres negras. Uma circularidade de ações e discursos, baseados numa perspectiva decolonial e interseccional.

2.1 Caminhos metodológicos

Esta pesquisa é qualitativa, pois busca compreender discursos, práticas e estruturas de poder. Possui um enfoque epistemológico abordando o feminismo negro priorizando vozes de intelectuais negras e questionando a neutralidade acadêmica.

O trabalho parte de uma revisão bibliográfica sobre o tema da interseccionalidade, buscando mapear e analisar as contribuições de feministas negras (Lorde, Collins, Crenshaw,

Akotirene, Gonzalez, Viveros Vigoya, etc.). A partir dessa revisão realiza-se uma análise de conteúdo temática, identificando alguns conceitos-chave como neutralidade, encruzilhada e epistemicídio.

Por fim, faz-se uma análise crítica do discurso para examinar como a Biblioteconomia tradicional reproduz opressões (racismo, classismo, sexismo) em suas práticas.

2.2 E a interseccionalidade: presente no feminismo negro?

A intelectual afrocolombiana Mara Viveros Vigoya (2016, p. 2, tradução nossa) afirma que: "Há alguns anos, a interseccionalidade passou a ser a expressão utilizada para designar a perspectiva teórica e metodológica que busca dar conta da percepção cruzada ou entrelaçada das relações de poder".

De acordo com a bibliotecária afro-brasileira Andréia Sousa da Silva (2021), o termo interseccionalidade passou a ser amplamente adotado por pessoas envolvidas com os movimentos sociais, militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos espaços, inclusive nos espaços acadêmicos, principalmente os docentes, pesquisadores e estudantes de qualquer campo de conhecimento, sobretudo os campos ligados às ciências humanas e sociais voltados a estudos étnico-raciais, estudos culturais e feministas envolvidos e comprometidos com esta abordagem.

Partindo para os olhares conceituais, Collins e Bilge (2021, p. 16), afirmam que "a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana". Muitos autores que estudam a interseccionalidade, deslocam o nosso olhar para a jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw, que sistematizou o termo em 1989, apresentado em seu artigo *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*", onde, a pensadora negra consolidou a interseccionalidade "para analisar contextos e teorias a partir de uma perspectiva que abarque outras categorias além do gênero" (Kyrillos, 2020, p. 1), dissolvendo a visão monocategórica de análise, podendo, dessa forma, ser considerada uma ferramenta de análise que nos possibilita olhar de maneira mais ampla, o funcionamento simultâneo dos sistemas de opressões existentes na sociedade.

No estudo "Sobre Usos e Possibilidades da Interseccionalidade", Pereira (2021) afirma que Crenshaw alegou, em 1989, que as análises que empregavam gênero ou raça como

categorias unitárias de subordinação resultavam no apagamento teórico de mulheres negras, sobretudo no que se referia à conceitualização, identificação e enfrentamento à discriminação racial e sexual.

Para Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Crenshaw primeiramente definiu interseccionalidade como uma metáfora, criando uma linguagem provisória que ela poderia utilizar para analisar e corrigir limitações do pensamento monocategórico (identitário apenas) em relação a raça e gênero, determinando um processo comunicativo de duplo conhecimento e focado nas relações conceituais entre esses e outros marcadores sociais. Para ela, é necessário identificar, de maneira mais ampla, como funcionam e quando as múltiplas opressões atuam e, a partir da sua atuação, buscar compreender como essas afetam os indivíduos.

Na figura abaixo, vemos a metáfora da encruzilhada:

Figura 1 – Eixos de discriminação



Fonte: Crenshaw (2002, p. 11).

Analisando a metáfora da intersecção acima, percebe-se que os eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe formam as avenidas que estruturam os contextos sociais, econômicos e políticos. As vias oportunizam o dinamismo dos sistemas de opressão, ou seja, por serem eixos de poder, mesmo distintos, podem ser considerados também como eixos que promovem as exclusões, e tudo isso, simultaneamente. O racismo, o patriarcado e o classismo atuando de maneira interseccional sobre o indivíduo.

Além dessas autoras, Kyrillos (2020) retoma a lembrança da potencialidade e das contribuições feitas por Lélia Gonzalez a partir do início dos anos 1980, onde a mesma trouxe à tona a realidade sobre as condições vivenciadas pelas mulheres negras no Brasil dentro e fora dos movimentos sociais aqui construídos destacando também a violência institucional promovida livremente pelas polícias militares no país contra os afro-brasileiros.

Outra personalidade que atuou e contribuiu fortemente para os movimentos negro e de gênero foi a bibliotecária afro-americana Audre Lorde. Suas teorias foram desenhadas a partir da década de 1960, onde a mesma começou a elaborar narrativas críticas em relação à forma como se manifestavam os movimentos feministas da época, pois, para ela, esses movimentos focaram apenas em experiências particulares e individuais das mulheres brancas de classe média, e tinham características relacionadas com a “teoria da diferença”. Lorde direcionou seus trabalhos poéticos e teóricos à discussão das diferenças existentes dentro do grupo de mulheres, como, por exemplo, as questões raciais e de classe. Dentro do universo do feminismo negro decolonial, a bibliotecária e ativista tornou-se uma referência para compreender a questão da subjetividade como algo constituído pelas multiplicidades das mulheres e de suas opressões.

Reportamos também à Carla Akotirene, que, na obra intitulada “**Interseccionalidade**”, aponta a seguinte finalidade da interseccionalidade:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2020, p. 19).

Percebe-se que a interseccionalidade já é considerada objeto de destaque nas iniciativas em prol da equidade, da diversidade e da inclusão. Como práxis crítica, possibilita a correção de problemas sociais gerados por desigualdades sociais complexas criadas pelos sistemas de opressão existentes. E de que maneira a interseccionalidade e a Biblioteconomia brasileira podem promover a equidade informacional?

2.3 Deslocando a biblioteconomia brasileira: buscando no feminismo negro possibilidades para uma equidade informacional

Revisando e analisando os diversos contextos históricos da Biblioteconomia brasileira, é possível identificar que alguns teóricos promoveram deslocamentos para levar o campo a

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

olhar a presença da ideologia dominante racial, sexista e classista, o que estabeleceu a constituição e manutenção de um único saber, assim como quanto esse contexto de dominação influenciou também na atuação das bibliotecárias e dos bibliotecários. Essa dominação promoveu uma formação acadêmica e, conseqüentemente, uma atuação conservadora e excludente, principalmente nas bibliotecas, afetando e influenciando nas relações entre esse espaço, esse profissional e a sociedade. Além do valor (ou a ausência dele) dado pelos indivíduos.

Diante desse contexto, vale trazer dois pontos para ilustrar e apresentar duas causas que oportunizam essa realidade. Silva e Silva (2022) ressaltam a **admiração vocacional** e a **neutralidade profissional**. A primeira, a admiração vocacional, é definida da seguinte maneira: “Dentro da biblioteca e na literatura científica do campo se solidificou a ideia de que, ao existirem, as bibliotecas criam **naturalmente** a democracia, aprendizado e civilização, e o trabalho bibliotecário assumiria essa posição” (Silva; Silva, 2022, p. 50). A partir disso, os autores apontam a existência de uma ideia que se tem das bibliotecas como lugares “inerentemente bons e justos e as pessoas bibliotecárias como inerentemente boas” e, assim, acaba por agregar à admiração vocacional aos **valores** da neutralidade profissional, ao mesmo tempo em que contribui para retirar a responsabilidade social da pessoa bibliotecária (Silva; Silva, 2022).

Necessário evidenciar que os cenários das formações e das práticas bibliotecárias não investem em um pensamento e um exercício laboral crítico a esse respeito do que foi apontado acima. Dessa maneira é importante reforçar que a não promoção da democratização da informação impossibilita que muitos indivíduos pertencentes às classes, grupos étnicos e de gênero fora do contexto hegemônico, oportuniza o não acesso e tão pouco possibilidade de uso e produção de informações e conhecimentos, o que acarreta num resultado que não contribui em nada ao combate às desigualdades sociais que existem no cenário brasileiro.

Diante disso propõe-se a construção de uma encruzilhada de saberes e de apontamentos interseccionais para o estabelecimento de uma Biblioteconomia que mude a relação entre bibliotecárias e bibliotecários e a sociedade: a **Biblioteconomia Interseccional**. Como já apontado por Collins (2022, p. 47), a interseccionalidade “propicia novas perspectivas acerca de cada sistema de poder, acerca de como esses sistemas se cruzam e divergem uns dos outros e acerca de possibilidades políticas sugeridas”. Ampliando o olhar sobre a

sociedade, percebe-se que os contextos sociais nos levam a entender de que maneiras as comunidades produzem e organizam os seus conhecimentos, possibilitando o conhecimento e a compreensão de onde estão os indivíduos que constroem as relações de poder e que nos levam a buscar a interseccionalidade para usá-la como uma metodologia para investigar as complexidades sociais em busca da justiça social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões apontadas até a esse ponto de chegada, é urgente a construção de um caminho que possibilite chegar-se a um novo campo, o da Biblioteconomia interseccional. Essa deve promover possibilidades para uma formação que combata o epistemicídio e a injustiça epistêmica. É necessário que esse campo teórico-prático pautado à transformação social em busca de uma sociedade sem desigualdades e sem preconceitos como o racismo, o machismo, a xenofobia e a homofobia, e que assim possa trilhar um caminho para uma formação que esteja atenta e alinhada às desigualdades sociais evidentes no contexto brasileiro.

É necessário que a Biblioteconomia possibilite a atuação dos profissionais alinhada aos interesses informacionais, efetivamente, de todas as comunidades para se instituir, verdadeiramente, uma democracia informacional, algo que consolide o acesso, o uso e a apropriação para todas as pessoas, independente da sua condição social, étnica, e de gênero, de fato. Reforça-se incisivamente a importância de se estabelecer um campo com viés político social e com objetivos alinhados às demandas sociais, a partir do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, o que pode desencadear no fortalecimento e ampliação do papel da Biblioteconomia no contexto social brasileiro, a partir dos traços característicos da interseccionalidade enunciados pelas pensadoras feministas negras.

Concluindo e fortalecendo o que foi apontado como proposta nesse estudo, é necessário rever e ressignificar a atuação da Biblioteconomia brasileira lembrando qual postura social deve ser exercida nas/para as comunidades onde atuam as bibliotecárias e bibliotecários. É urgente o retorno ao ponto de partida para dissolver a ideia ainda impregnada da neutralidade na Biblioteconomia brasileira que cria uma miopia capaz de embaçar a vista impossibilitando o não enxergar as diferenças existentes e evidenciadas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 458, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em: 02 fev. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, [S. l.], n. 140, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://encurtador.com.br/xV489>. Acesso em: 02 fev. 2026.

DIAS, Luciana de Oliveira. Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo. **Humanidades & Inovação**, [S. l.], v. 6, n. 16, p. 8-12, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1823>. Acesso em: 02 fev. 2026.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n156509. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n156509>. Acesso em: 02 fev. 2026.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 445-454, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>. Acesso em: 02 fev. 2026.

SEPTIEN, Rosa Campoalegre. Mujeres negras: resignificando la experiencia cubana. In: SEPTIEN, Rosa Campoalegre (ed.). **Afrodescendencias**: voces en resistencia. Buenos Aires: Clacso, 2018. p. 11-336. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/16714/1/Afrodescendencias.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2026.

SILVA, Andréia Sousa da. Discussões preliminares sobre interseccionalidade na Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma análise relacional a partir de uma ótica decolonial. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Selo Nyota, 2021. p. 205-226. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/catalogo>. Acesso em: 02 fev. 2026.

SILVA, Franciele Carneiro Garcês; SILVA, Rubens Alves. Da ausência à evidência: notas

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

teórico-críticas sobre o princípio da ausência, epistemicídio e reparação epistêmica em bibliotecas e biblioteconomia. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 47-72, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v13i1p47-72>. Acesso em: 02 fev. 2026.

VARELA HUERTA, Itza Amanda. Nunca más un México sin nosotras Feminismo y mujeres afromexicanas. **Política y Cultura**, [S. l.], v. 51, p. 105–124, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24275/CKYM4542>. Acesso em: 02 fev. 2026.

VIVEROS, Mara Vigoya. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, [S. l.], v. 52, p. 1-17, out. 2016. Disponível em: https://debatefeminista.cieg.unam.mx/index.php/debate_feminista/article/view/2077/1871. Acesso em: 02 fev. 2026.